

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.678 - SP (2018/0343021-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BRUNO NARDINI FEOLA
ADVOGADO : GUILHERME CIOLDIN DAINESE E OUTRO(S) - SP339678
AGRAVANTE : MARIO NARDINI FEOLA
ADVOGADO : ROSEMEIRE MENDES BASTOS E OUTRO(S) - SP105252
AGRAVANTE : RENATO FRANCHI
ADVOGADOS : LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ - SP085536
LUIS GUSTAVO PREVIATO KODJAOGLANIAN E OUTRO(S) - SP196157
AGRAVANTE : JOÃO BAPTISTA GUARINO
ADVOGADO : LYRIAM SIMIONI E OUTRO(S) - SP275732
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de quatro agravos em recurso especial, o primeiro apresentado por RENATO FRANCHI, o segundo apresentado por MARIO NARDINI FEOLA, o terceiro apresentado por BRUNO NARDINI FEOLA e o quarto apresentado por JOÃO BAPTISTA GUARINO, contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Analisando inicialmente o recurso interposto por RENATO FRANCHI.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ (inépcia da inicial), Súmula 83/STJ (falta de elemento anímico especial) e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 83/STJ (inépcia da inicial).

Passo à análise do recurso interposto por MARIO NARDINI FEOLA.

Verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ (inépcia da inicial), Súmula 7/STJ e Súmula 83/STJ (falta de elemento anímico especial).

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Passo à análise do recurso interposto por BRUNO NARDINI FEOLA.

Verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ (inépcia da inicial), Súmula 7/STJ e Súmula 83/STJ (falta de elemento anímico especial).

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Passo à análise do recurso interposto por JOÃO BAPTISTA GUARINO.

Verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ (inépcia da inicial), Súmula 7/STJ (art. 386, III, do CPP e art. 168-A do CP), Súmula 83/STJ (falta de elemento anímico especial) e Súmula 7/STJ (art. 59 do CP).

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso

Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço dos agravos em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

